

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL- CAINDR

REQUERIMENTO N° , DE 2005.

(Do Senhor Gervásio Oliveira)

Requer sejam enviados convites ao Prof. Dr. Geraldo Lúcio Tiago Filho Secretário Executivo do CERPCH – Centro Nacional de Referência em Pequenas Centrais Hidrelétricas, e, ao Dr. José Henrique Gabella Diretor da RENOVE – Rede Nacional das Organizações da Sociedade Civil para as Energias Renováveis, para participarem de REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA conjunta com a Comissão de Minas e Energia, afim de prestarem importantes informações e esclarecimentos sobre a solução para viabilização da Micro Central Hidrelétrica Tiriós, localizada no interior dos limites da Terra Indígena Parque do Tumucumaque.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art.50, §2º, da Constituição Federal, e com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sejam convidados o Prof. Dr. Geraldo Lúcio Tiago Filho Secretário Executivo do CERPCH – Centro Nacional de Referência em Pequenas Centrais Hidrelétricas, e, ao Dr. José Henrique Gabella Diretor da RENOVE – Rede Nacional das Organizações da Sociedade Civil para as Energias Renováveis, para comparecerem perante esta Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, em REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA conjunta com a Comissão de Minas e Energia, afim de prestarem importantes informações e esclarecimentos sobre a solução para viabilização da Micro Central Hidrelétrica Tiriós, localizada no interior dos limites da Terra Indígena Parque do Tumucumaque.

JUSTIFICATIVA

Vários países, já vem promovendo há algum tempo, ousadas alterações de seus planejamentos estratégicos e em suas matrizes energéticas, destacando importantes mudanças no que se refere a forte redução no consumo de derivados fósseis, nos seus programas de energia. Isto tudo, com o objetivo de incrementar substancialmente a presença do uso de energia com origem em fontes renováveis e limpas.

Segundo dados do Ministério de Minas e Energia, mais de 12 milhões de brasileiros ainda não puderam ser atendidos com a possibilidade acesso e uso do

importante insumo que é a energia elétrica. A falta absoluta de energia elétrica, sem dúvida, impede aos mesmos a chance de serem beneficiados com a inclusão social através de ações que propiciem geração de renda, saneamento básico, saúde, educação, etc. Reconhecendo a necessidade de atuar para minimizar os efeitos desse grande problema nacional, o Governo Federal lançou o Programa Luz para Todos.

Nesse universo de excluídos, a Região Amazônica apresenta-se como a área do país com maiores dificuldades para solução desse grave problema por sua característica intrínseca, qual seja, a imensa quantidade da população amazônica distribuída em pequenas comunidades isoladas de difícil acesso. Esta característica, ao longo destes anos, fez com que tenha se tornado inviável até, imaginar o atendimento de energia pelas Linhas de Transmissão e de Distribuição associados aos grandes empreendimentos de geração energia elétrica.

Assim, apresenta-se como a melhor possibilidade a utilização de energia de fontes renováveis, limpas, e com pequenos empreendimentos dimensionados de acordo com as necessidades de cada comunidade isolada ou micro região. E, dentre as fontes renováveis mais abundantes na nossa Região Amazônica, destaca-se a grande perspectiva de adoção das Pequenas e Micro Centrais Hidroelétricas como as soluções mais viáveis a curto prazo e econômica e ambientalmente corretas.

Tendo em vista a relevância deste tema, é importante podermos conhecer exemplos reais de soluções inteligentes que possam contribuir efetivamente para levar às comunidades isoladas da Amazônia, e de outras regiões, a esperança de inclusão social entre outros benefícios. Com esta finalidade, proponho a realização desta audiência pública.

A Câmara dos Deputados não pode ficar distante desses fatos, e, esta Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, e a Comissão de Minas e Energia precisam estar permanentemente atentas para conhecer estas soluções, e identificar como podem colaborar com a sociedade, acompanhando o Poder Executivo, e, discutindo e votando matérias que venham a se transformar nos instrumentos legais necessários à superação dos problemas relativos aos temas afetos ao seu âmbito de atuação .

Sala das Comissões, em de SETEMBRO de 2005.

Deputado **Gervásio Oliveira**
(PMDB/AP)